

RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NO CEARÁ: EDUCAÇÃO E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Autor: Nico Augusto C6; Orientador: Ivan Costa Lima

(Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab- Ceará)

Resumo do artigo: Esta investigação se desenvolveu na Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Redenção-CE. Objetiva-se discutir as dinâmicas culturais, sociais e políticas das religiões de matriz africana no Ceará, em face não apenas de sua relação com o sagrado, mas como guardiões do patrimônio civilizatório dos descendentes de africanos no Brasil. Este debate é relevante, tendo em vista que na realidade educacional tem se enfrentado intolerâncias, pela falta de conhecimentos desta cultura e suas bases epistemológicas. Assim, no estudo se discute como os adeptos destas religiões se organizam para fazer frente as formas de discriminação enfrentadas, se reafirmando parte dos valores civilizatórios produzidos pela população negra, assim apresenta-se como o espaço educacional pode ser um vetor importante para minimizar estes efeitos na realidade social. Assim, ampliar o avanço sobre as políticas públicas para população negra na região, e os caminhos traçados para a implementação de igualdade racial, ao se evidenciar as formas de participação política dos sujeitos que pertencem as religiões de matriz africana no estado. Neste sentido, aponta-se a participação dos adeptos em espaços de controle social, assim como ações nos espaços públicos como importante para a visibilidade de suas práticas culturais. Para alcançar este conhecimento metodologicamente utiliza-se da pesquisa participante e da história oral, como forma de captar as ações utilizadas por estes sujeitos, e do registro audiovisual de suas participações dentro e fora das comunidades de terreiros. Espera-se contribuir na construção de conhecimentos, que deem maior importância à população negra neste estado, subsidiando a universidade e a sociedade abrangente com suas histórias, memórias, formas de agir e pensar sobre as relações raciais dentro da Educação brasileira.

Palavras-chave: Religiões de matriz africana; População negra no Ceará; Negro e Educação.

Introdução

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)¹ é uma instituição federal que, entre outras questões, estabelece um processo de integração com os países de língua portuguesa, em especial, com o continente africano² e com o Timor Leste. Sendo assim, uma de suas missões se refere em contribuir “para que o conhecimento produzido no contexto da integração acadêmica seja capaz de se transformar em políticas públicas de superação das desigualdades” (UNILAB, 2016).

Assim, este estudo, se situa no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, PIBIC-UNILAB (Edital PROPPG 04-2016). Está vinculado ao Grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global, ligado à linha de pesquisa “Pedagogias das Relações Étnico-Raciais: territórios,

¹ A UNILAB tem como sede a cidade de Redenção, no Ceará e conta com uma subsidiária na cidade de Francisco do Conde na Bahia.

² Em África são os seguintes países: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

religiosidades e intelectualidades” credenciado junto ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Desta forma, justifica-se esta investigação como respostas as demandas de construção de conhecimentos sobre a participação das comunidades negras na constituição das estruturas sociais, culturais e políticas no Brasil. Desta forma, contribuindo em desfazer o processo de invisibilidade desta população dentro do estado do Ceará. Em especial, expressa pelas formas organizativas das religiões de matriz africana, em face não apenas de sua relação com o sagrado, mas como guardiães do patrimônio civilizatório dos descendentes de africanos no Brasil.

Considera-se ainda que na atual conjuntura, compete as diferentes instituições educativas contribuir em romper com os resquícios de práticas tradicionais, que deixam de lado outros conhecimentos. Urge o desenvolvimento de uma educação, que atenda os diversos sujeitos que constituem o ambiente escolar.

Neste sentido, o estudo traz à tona um tema importante para a sociedade, especialmente, para aqueles que elaboram políticas públicas, pois este debate pode oferecer significativas contribuições no sentido de reunir informações que contribuam no aprimoramento de conhecimentos ancestrais. Como também, reforçar o conhecimento científico, articulando criação e difusão das formas organizativas das religiões de matriz africana, evidenciando-se sua finalidade social, histórica e cultural, com parte do esforço de combate ao racismo no campo educacional.

Contudo, apesar de se ter um país excludente, a população negra não vivencia essa desigualdade social de maneira passiva. Ao longo da nossa história, registraram-se vários eventos que delinearão a luta da população negra presente na construção de alternativas de resistência econômica, política e cultural, que vai da colonização aos dias atuais (MATOS, 1985).

No campo da educação, evidencia-se a promulgação da lei 10639-2003, que em seu processo de consolidação com o objetivo de estabelecer metas e responsabilidades para a implementação de uma educação antirracista, aprovou-se em 2008, o Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais, resultado de diferentes fóruns regionais de discussão.

Entre as ações principais definidas ao ensino superior, destaca-se a adoção de políticas de ação afirmativa e a inclusão de conteúdos referentes à educação das relações étnico-raciais nos instrumentos de avaliação institucional, docente e

discente articuladas à pesquisa e à extensão de acordo com as características das Instituições de Ensino Superior (BRASIL, 2008, p. 54). Em síntese, atribui-se às Universidades responsabilidades fundamentais para a construção do processo de educação das relações étnico-raciais previsto nas Diretrizes Nacionais, que exigem mudanças profundas nas instituições de ensino superior e na apropriação de novas abordagens teóricas e metodológicas.

Ribeiro (2004) alerta para o fato de que a construção de competências legítimas, no quadro de uma sociedade excludente, racista, discriminatória deve incluir experiências de ruptura com o modelo tradicional de universidade. Assim, espera-se mudanças significativas nos processos de ensino-aprendizagem e nos conteúdos educacionais que dizem respeito à população negra no Ceará.

Assim, objetivamos analisar os processos históricos, sociais e culturais das religiões de matriz africana, compreendendo-se sua dinâmica em espaços públicos em termos de valores civilizatórios como subsídios a educação brasileira. De maneira específica identificar o conjunto de comunidades de terreiros do Ceará e suas práticas histórica, material e simbólica no estado. Por outro, problematizar os valores civilizatórios de base africana presentes nas comunidades terreiros cearenses, de forma a reforçá-los como um contínuo com o continente africano, e que está impregnado nas diferentes formas que a cultura negra brasileira assume na sociedade.

Metodologia

A partir desta atuação tendo como foco a população negra cearense, pretendem-se situar os diferentes sujeitos das religiões de matriz africana, considerando o contexto histórico, suas origens e as relações sociais que se estabeleceram em suas trajetórias. Esta perspectiva histórica será combinada com o uso da história oral, como possibilidade de aproximação dos significados sobre o universo organizativo das religiões de matriz africana sua articulação com a cultura nacional como contribuição as políticas educativas no Brasil (ALBERTI e PEREIRA, 2005).

Articulado a esta matriz inicial desenvolver outros referenciais metodológicos para apreender a participação das religiões de matriz africana nos espaços públicos, especialmente, a pesquisa participante. Ela tem sido teorizada como conhecimento coletivo produzido a partir das condições de vida de pessoas, grupos e classes

populares, como tentativa de avançar a partir da ciência com um conhecimento, "de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprios" (BRANDÃO, 1999, p. 10).

Assim, nos alinhamos ao esforço de avançar na legislação federal e construir conhecimentos, que contribuam em dar visibilidade a população negra neste estado, subsidiando a universidade e a sociedade abrangente com suas histórias, memórias e formas de agir e pensar sobre as relações raciais dentro da Educação brasileira.

Resultado e discussões

A cultura negra cearense, de maneira geral, esteve submetida ao um processo de invisibilidade, por conta de uma trajetória histórica que minimizou a presença africana, e por outro lado um esforço ideológico da inexistência de conflitos raciais devido à forma de mestiçagem que se produziu sobre a população (CUNHA JUNIOR, 2011).

Dentre disto, as religiões de matriz africana apresentam-se desprovidas de legitimidade na região, por conta de elas estarem associadas às práticas inferiores e atrasadas na sociedade brasileira. No entanto, as comunidades terreiros cumprem um importante na manutenção do patrimônio civilizatório dos descendentes de africanos no Brasil, situando-as assim, como lugares de produção histórica, material e simbólica.

Ao mesmo tempo, que se discute serem espaços onde se desenvolvem processos educativos, que levam em conta suas formas de viver e agir como descendentes de africanos no Brasil "concretizado por vias orais ou escritas, existem estratégias para dar prosseguimento do que foi feito pelos ancestrais" (DOMINGOS, 2015, p. 135).

Assim, as comunidades de terreiros, nas suas práticas históricas, sociais e culturais se afirmam sujeitos dotados de saberes próprios, nelas há processos de aprendizagem e outros que incluem formação, conscientização política, cultural e resistência ao modelo educacional hegemônico que funda a instituição escolar.

Com isso, para superar os problemas de enfrentamento nos espaços educativos sobre os aspectos religiosos de matriz africana acreditamos ser necessário retomar os valores civilizatórios como um contínuo africano no Brasil, e que se faz presentes em diferentes formas de estruturação da cultura afro-brasileira, como situa Antônio (2015, p. 77):

Há, neste trânsito, transformações e novas sínteses são engendradas. Apesar desse processo de transformação e do advento de sínteses exigidas pelo contexto de luta e sobrevivência, existe um contínuo e sistematizado eixo comum, em cujos princípios estruturantes estão confiadas a existência de um sistema religioso e civilizatório.

O autor, portanto, ressalta que a base do sistema religioso configura o processo civilizatório como um legado presente e nas formas de ser e viver à nação no Brasil. Significa, portanto, retomar este debate iniciado pelo pesquisador Fábio Leite (2009, p. 104), a se referir sobre os valores civilizatórios negro-africano, indicando que eles compreendem a Força vital; a Palavra; o Ser humano³; a Socialização; a Morte; a Ancestralidade; a Família; a Produção e o Poder, e que em sua análise aparecem nas formas organizativas de várias tradições africanas e na diáspora. Para este autor é necessário que reconheçamos este contínuo pois eles nos ligam a nossa ancestralidade:

Os ancestrais negros-africanos constituem, juntamente com a sociedade e sem dela se separar, um princípio histórico material e concreto capaz de contribuir para a subjetivação da identidade profunda de um dado complexo étnico e de suas formas de ações sociais.

A partir destes elementos, busca-se as narrativas dos mais diversos trabalhos voltados para a temática, os desafios e as perspectivas de uma dura realidade histórica, que inferioriza as práticas ancestrais de base africana, e sua busca por liberdade, justiça, reconhecimento perante a sociedade e, em escala maior, a inclusão desses processos civilizatórios como parte dos conteúdos nas escolas.

A proposta é discutir, para além da temática escravista, a forma como os africanos e negros brasileiros contribuíram para a formação da identidade e como se pode explorar como estas dinâmicas culturais transportam a cosmovisão de um povo, já que os terreiros guardam, a partir de mitos e contos a percepção individual e coletiva do mundo.

Neste sentido, situamos ser as religiões de matriz africana como um lugar aonde se reconfigurou as tradições religiosas trazidas pelos escravizados do continente africano. Nos estudos clássicos deparamo-nos com um quadro bastante diversificado, em função dos elementos que foram sendo recriados por todo o Brasil.

Em geral, nos inúmeros trabalhos existentes, vemos essa denominação dos cultos afro-brasileiros, tais como: Batuque, no Rio Grande do Sul; Macumba, Candomblé, Umbanda, no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais; Candomblé, na Bahia; Xangô, Catimbó, Jurema, em

³ O autor no original faz referência ao termo Homem, neste artigo prefiro utilizar “Ser humano”, por sua abordagem mais abrangente.

Pernambuco, Alagoas e Sergipe; Tambor de Mina, Tambor de Mata, Mina, no Maranhão e Pará (PRANDI, 1991; CAPUTO, 2012 entre outros)

Com estas configurações, observa-se que os representantes das religiões de matriz africana no Ceará vêm ocupando os espaços públicos, a fim de se contrapor ao racismo, que gera intolerância e a falta de conhecimento sobre suas práticas históricas e ancestrais.

Desta forma, o vasto repertório de códigos socioculturais e educativos da população negra no Brasil, ainda são poucos pesquisados no campo da Educação. No Ceará para compreender e conhecer as dinâmicas das religiões de matriz africana é necessário superar as ausências históricas, reconhecendo dinâmicas diferenciadas em suas formas de ocupação, pois:

[...] existem códigos socioculturais que reinstaura linguagens e símbolos da religiosidade africana. Há também trocas comunitárias que partilham saberes, experiências de vida e axé (força vital), nos processos de iniciação, na sacralização de seres dos reinos vegetais, minerais e animais, nas festas e nos rituais fúnebres. Tais experiências constituem-se em formas diferenciadas de estabelecer e compreender a relação entre cultura e natureza (SANTOS, 2011, p. 6).

Neste sentido, a educação para as relações étnico-raciais propõe um espaço de práticas de cidadania e respeito ao outro, direcionando o desafio da superação da marcante desigualdade social que existe entre negros e brancos no caso brasileiro. Isto implica que a comunidade antes excluída tem o dever de se manifestar e lutar por seus direitos e deveres, em prol de uma educação de fato inclusiva e democrática.

Sobre isto, Gomes (2012) é bastante enfática, apontando que ser negro é tornar-se negro e que o conhecimento dessas questões pode nos ajudar a superar o medo e/ou desprezo das diferenças raciais ainda presentes na escola e na sociedade. Entender essa complexidade é uma tarefa dos/as profissionais da educação

Dentro desta concepção deve se afirmar a importância em se conhecer as religiões de matriz africana, para além de sua relação com o sagrado, mas, como espaços detentores de uma tradição ancestral, como possibilidade de introduzir seus saberes numa rede educativa que se articula com um legado africano e com a forma de ser e viver as africanidades brasileiras.

Portanto, as reflexões anteriores convidam os educadores a repensarem os conteúdos curriculares, colocando de frente o sistema de ensino brasileiro com o desafio de disseminar, para o conjunto da sociedade, a necessidade de uma gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o universo africano, se

aproximando dos conhecimentos produzidos pelas comunidades de terreiros (LIMA & VILLACORTA, 2014).

Nesta direção, podemos evidenciar a existência de um leque consistente de pesquisas sendo executadas no âmbito da pós-graduação no estado do Ceará, com especial atenção ao programa de Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC). Notadamente, na linha de pesquisa em Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola, que entre outros eixos situamos o de “Sociopoética, cultura e relações étnicorraciais”, onde observa-se a atuação do Núcleo de Africanidades Cearenses (NACE)⁴. Este Núcleo acumula significativos trabalhos de mestrado e doutorado sobre a cultura cearense, como se verifica a se fazer uma revisão bibliografia no diretório de dissertações e teses desta universidade. Neste âmbito evidencia-se o desenvolvimento de uma pedagogia denominada “pretagogia”, que pretende ser um instrumento de intervenção educacional e de prática de pesquisa (PETIT & SILVA, 2012).

Por outro lado, a Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que se encontra na cidade de Redenção-CE e São Francisco do Conde-BA tem despontado como alternativa epistemológica, teórico-metodológica para este debate, em especial a constituição do curso de Pedagogia, que em seu projeto pedagógico assume uma inspiração afrocentrada⁵. Assim, entre outras componentes curriculares tem dado ênfase as religiões de matriz africana, destacando-as como valores civilizatórios que impactam o conjunto das culturas constituídas no Brasil.

Assim, discute-se na atuação do curso de pedagogia, a incorporação em seu projeto político pedagógico e componentes curriculares baseadas na história e cultura afro-brasileira e africana, como possibilidade de construir conhecimentos com base na descolonização da educação brasileira. Desta forma, questiona-se os conceitos liberais predominantes em torno da meritocracia, da neutralidade da ciência e no debate das relações étnicorraciais, pautando-se na desconstrução da ideologia dominante que não tem discutido, de maneira evidente, o racismo como estruturante das relações sociais no Brasil.

Neste sentido, aponta-se de forma parcial a necessidade da formação de educadores para a mudança dos paradigmas que constituem os sistemas de ensino brasileiro, tendo em vista a legislação federal que apregoa a efetivação de novas dimensões de um projeto de

⁴ Em seu blog encontramos que: “O NACE - Núcleo das Africanidades Cearenses é um projeto de extensão vinculado à FAGED-UFC e parte da rede de NEAB’s (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros), possui como objetivo a investigação, discussão, produção e divulgação de trabalhos sobre a história, cultura e participação da população negra, tendo como eixo a cosmovisão africana de seus descendentes na diáspora”.

⁵ Afrocentrismo é entendido como uma proposta que traz os conhecimentos de base africana e da diáspora para o centro do debate, assim como critica o etnocentrismo ocidental e propugna a possibilidade de diálogo entre os conhecimentos produzidos em outras perspectivas (NASCIMENTO, 2009, p. 31).

mudanças sociais. Neste sentido, tem-se aberto discussões em que os integrantes destas religiões têm espaço para discutir suas demandas e a sua importância nesta região cearense.

Assim, no estado para compreender e conhecer as dinâmicas das religiões de matriz africana é necessário superar as ausências históricas, reconhecendo dinâmicas diferenciadas em suas formas de ocupação, que deveriam ser compreendidas pelo universo educacional.

No entanto, se evidenciam enormes dificuldades em se lidar com esta tradição cultural, como pontua Santos (2015, p. 61), para ele há pelo menos três pressupostos básicos no debate sobre a intolerância no espaço escolar: “O primeiro é o de que a educação escolar se constitui em espaço e tempo de formação de identidades socioculturais, de reprodução e enfrentamento de preconceitos e também de formas correlatas de intolerância”, indicando seu papel contraditório ao lidar com este tema.

O segundo pressuposto “é o de que, em vários segmentos da sociedade brasileira, encontram-se atitudes de preconceitos e de intolerância com relação aos adeptos e às religiões de matrizes africanas” elementos que se vinculam ao debate de que a educação é atravessada por injunções sociais e políticas.

Por fim, o terceiro pressuposto “é o de que a hegemonia das religiões de matriz judaico-cristã, a discriminação racial e a satanização de entidades espirituais produzem uma invisibilidade das religiões de matrizes africanas, pelas políticas educacionais [...]” elementos que contribuem para o desinteresse de educadores (as) sobre as práticas vivenciadas pelos sujeitos que frequentam a sala de aula. Assim, como deixam de compreender que estas vivências são produções da humanidade como quaisquer outras e que afetam a relação entre as pessoas e delas com o mundo.

Neste sentido, a educação para as relações étnico-raciais propõe um espaço de práticas de cidadania e respeito ao outro, direcionando o desafio da superação da marcante desigualdade social que existe entre negros e brancos no caso brasileiro, e em especial sobre as religiões de matriz africana, que sofrem com uma das dimensões do racismo, a intolerância religiosa.

Assim, como dados iniciais, tem-se que Fortaleza capital do estado do Ceará apresenta, segundo os dados do IBGE (2010), cerca de 2.452.185 habitantes, com a seguinte configuração em termos de raça e etnia: declarados brancos, tem-se 36,78%; pardos são 57,23%; pretos 4,52%, declarados amarelos 1,35% e índios 0,13% do total da população.

Em termos de pertencimento religioso, não dispomos neste momento de dados da capital, no entanto, pode-se fazer uma projeção a

partir dos dados do estado do Ceará, que aponta a existência de 17.248 pessoas que se declaram pertencentes a umbanda, candomblé e outras religiões afro-brasileiras. Em Fortaleza a religião Católica Apostólica Romana corresponde a 67,9% da população residente, totalizando 1.664.521 pessoas, em 2010. As religiões evangélicas vêm em segundo lugar com 21,3% (523.456 pessoas) da população residente se identificando como pertencente a essas religiões, seguida da população residente que se identifica como sem religião 6,6% (162.985 pessoas), Espírita 1,3% (31.691 pessoas) e Testemunhas de Jeová 0,7% (17.518 pessoas), as demais religiões correspondem a 2,1% (52.016 pessoas) da população residente no município (NESP, 2016).

Evidentemente, que por conta de um forte desconhecimento e negação histórica da história e da cultura de base africana no estado, os números evidenciam o desafio de maiores estudos quanto ao pertencimento afro-religioso. No entanto, apesar disto pode-se vislumbrar em diferentes regiões e bairros da capital cearense, marcas de uma dinâmica cultural assentada nas religiões de matriz africana, em especial candomblé e umbanda:

Instalados principalmente na periferia desta grande metrópole, em bairros como: Canindezinho, Cambeba, Bom Jardim, Barra do Ceará, Messejana, Novo Maracanaú, Planalto Cidade Nova, Maracanaú, Maranguape, Caucaia, entre outros, esses terreiros revelam, em seus circuitos, a organização e reorganização de modos de viver nestes bairros e cidades da grande Fortaleza. Nessas periferias, habitadas por grande parcela da população negra e afrodescendente, estes grupos sociais elaboram e reelaboram estratégias de sobrevivência e de superação de suas dificuldades cotidianas, construindo redes de relações, articulando-se em práticas comunitárias (BANDEIRA, 2011, p. 8).

Tais práticas comunitárias estão alicerçadas pelas formas de apropriação de ser no mundo próprias de uma dinâmica cultural, que se coloca como complexa e que leva em consideração a tradição ancestral de base africana, que de certa forma se recria para a sua perpetuação.

Ao mesmo tempo, estas religiões buscam na atualidade ampliar sua participação na vida ativa, a exemplo das mobilizações em marchas contra a violência física e simbólicas contra os terreiros, nas cidades do Cariri, Maracanaú, Caucaia e Fortaleza.

Como também a participação das religiões de matriz africana no espaço público com relação às políticas destinadas a esta categoria, como a Coordenadoria Especial de Igualdade Racial do Estado do Ceará (CEPPIR). Esta instituição foi criada em 1998, e tem como propósito articular entre as diversas secretarias políticas necessárias a efetivação das relações étnicorraciais no estado do Ceará. Atualmente, para

ampliar o controle social dos da sociedade civil se constitui em julho de 2016 o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (COEPIR), como instrumento consultivo e deliberativo sobre estas políticas.

Para este artigo chamamos atenção que em sua composição, que é de entidades governamentais e de outras não governamentais, observamos que das treze organizações habilitadas a sua composição, pelo menos cinco delas tem como representação elementos que são das diferentes denominações de matriz africana, como podemos verificar na relação a seguir: Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (Acbantu) representado pelo Baba ; Associação Afro Brasileira de Cultura ALAGBA; Associação Cultural Afro Brasileiro Pai Luiz de Aruanda (ACPLA); Centro Espírita Universalista Reis Tupinambá (CEURT); Instituto Nacional Afro Origem (INAO).

Discute-se que de certa forma, elas colocam em evidencia as diferentes formas associativas tomadas pelas representações da cultura religiosa no estado do Ceará, em especial de matriz africana e da umbanda. Isto denota a necessidade destas práticas religiosas perceberem que a ocupação de tais espaços como possibilidades de ampliar o debate sobre os problemas enfrentados por estas religiões.

Conclusão

A participação destas organizações no Conselho contribui para estreitar o diálogo com diferentes setores governamentais, responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas de igualdade, notadamente a educação. Neste âmbito as religiões de matriz africana buscam colocar este tema como parte da formação dos educadores, na compreensão da importância da religiosidade africana como uma dinâmica cultural e civilizatória, que se agrega a sociedade brasileira em diversos aspectos, sendo elas um espaço de manutenção de uma prática sociocultural alicerçada pela ancestralidade de base africana.

Outro exercício que caracteriza esta participação política se refere aos debates travados em torno do sacrifício ritualístico de animais nas religiões de matriz africana, por conta de uma ação que será julgada no Supremo Tribunal Federal sobre o tema. Para contextualizar a base cultural como um ritual de sacralização, não como violência travou-se um debate com a Ouvidoria Geral Externa da Defensoria Pública do Estado do Ceará, com os povos de terreiros, movimentos e pesquisadores sobre o tema, para se traçar estratégias de defesa deste ritual como parte da liturgia das religiões. Discute-se

que os animais são submetidos em contextos de rituais propiciatórios, onde se observa um conjunto de preceitos e considerações que fazem parte da tradição religiosa, cujas partes posteriormente são distribuídos ao consumo comunitário.

Esta preocupação se faz presente no cotidiano cearense quando as religiões em diferentes momentos buscam ocupar outros espaços públicos, como as ruas para reivindicar direito e respeito a suas tradições, como é o caso das marchas contra a intolerância ocorridas em cidades como Fortaleza e Cariri, desta forma deixam evidente a necessidade de discussão e participação nas políticas.

Por fim, pode-se afirmar haver por parte das religiões de matriz africana um exercício de reflexão voltada para a sociedade como um todo, provavelmente pela percepção de que atuar exclusivamente, nos espaços próprios de celebração a ancestralidade africana, não garanta a salvaguarda trazida pelo racismo e pelas discriminações que ainda recam sobre as estas práticas.

Neste sentido, participar de órgãos de controle social, atos públicos, palestras nos sistemas de ensino se consolidam como práticas exercidas pelas religiões de matriz africana como enfrentamento as desigualdades existentes.

Assim, torna-se mais evidente que as religiões de matriz africana buscam em seus termos defender o livre exercício da liberdade religiosa, desta forma enfrentar as intolerâncias e as discriminações correlatas; além de construir estratégias de garantia de direitos, vinculados como deveres do País e das unidades federativas, como salvaguarda da história e da cultura de base africana no Brasil.

Referências Bibliográficas

ANTONIO, Carlindo F. Descolonização do currículo escolar. In: SILVA, Geranilde; LIMA, Ivan; MEIJER, Rebeca. *Abordagens políticas, históricas e pedagógicas de igualdade racial no ambiente escolar*. Redenção: UNILAB, 2015.

BANDEIRA, Luís Cláudio Cardoso. Africanidades e diásporas religiosas: o candomblé no Ceará. *Revista Historiar* - Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.4. n. 4 (jan./jun. 2011). Sobral-CE: UVA, 2011.

BRANDÃO, Carlos A. *Pesquisa participante*. SP: Brasiliense, 1999.

BRASIL. *Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e*

- cultura afro-brasileira e africana*. SECAD: MEC, 2008.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Conceitos e conteúdos nas culturas africanas e afrodescendentes. In: COSTA, Sylvio G., PEREIRA, Sonia. *Movimentos Sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.
- CUNHA JUNIOR, H.; SILVA, Joselina da.; NUNES, Cícera. (Org.). *Artefatos da cultura negra no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- DOMINGOS, Reginaldo F. Pedagogias de religiões de base africana, transmissão do conhecimento e práticas culturais. *N'umbuntu em revista*. Ano 1, n. 01. Fortaleza: Imprece, 2014.
- GOMES, Nilma L. (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- JORNAL OPOVO.
<http://www.opovo.com.br/app/politica/2016/07/05/noticiaspoliticas,3632203/casa-de-candoble-promove-lavagem-das-escadarias-da-al-ce.shtml>. Acesso em novembro de 2016.
- LEITA, Fábio. Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas. *África*, USP, São Paulo (18-19): 103-118, 1995-1996.
- LIMA, Ivan Costa; VILLACORTA, Gisela. Dossiê religiões de matriz africana em Marabá-PA. *N'umbuntu em revista*. Ano 1, n. 01, Fortaleza: Imprece, 2014.
- MEIHY, José C. Sebe Bom. *Manual de história oral*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009.
- NESP. *Perfil do município de Fortaleza/CE*. Análise do acesso e da qualidade da Atenção Integral à Saúde da população LGBT no Sistema Único de Saúde. Fortaleza, 2016.
- PETIT, Sandra H.; SILVA, Geranilde C. (Org.). *Memórias do baobá*. Fortaleza: Edições UFC, 2012.
- PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SANTOS, Erisvaldo P. do. *A educação e as religiões de matriz africana: motivos da intolerância*. Caxambu: ANPED, 2011.
- UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). *Estatuto*. Disponível em: www.unilab.edu.br. Acesso em 15 dezembro de 2016.